

REFLEXÕES E DESAFIOS PARA SUPERAR A ESCOLA DISCIPLINADORA

Vilson Cesar Schenato ¹

RESUMO

O texto aborda a instituição escolar enquanto espaço de dominação, de relações de poder e de reprodução da ordem capitalista. Partimos de Comenius [1657] (1997) para mostrar como se desenvolveu a disciplinarização do homem com a invenção da escola. Num segundo momento, a partir das críticas realizadas por Foucault ([1975] (1887)), discutimos como esta sociedade disciplinar opera controlando os corpos de seus integrantes. Num terceiro momento, a partir de Gadamer (2001), apresentamos pistas que poderão superar o paradigma da disciplinarização, primando por uma formação com abertura ao “outro”. A metodologia deste trabalho é a análise teórico-conceitual, ensaiando reflexões e hipóteses sobre a temática da formação humana na sua inter-relação da escola com a sociedade mais ampla. Neste sentido, percebe-se a escola, o currículo e os próprios textos didáticos enquanto representações que colaboram na construção de visões e di-visões de mundo que reforçam e reproduzem desigualdades, ao mesmo tempo, abre-se a possibilidade do desenvolvimento de um pensar crítico e da superação da formação de “sujeitos passivos” através da domesticação dos corpos e mentes em direção a educação cidadã com “agentes ativos” da aprendizagem e do mundo que os cercam.

Palavras-chave: Formação Humana. Relações de Poder. Disciplinarização. Educação cidadã.

COMENIUS: A DOMESTICAÇÃO DO ANIMAL HOMEM

Iohannis Amus Comenius [1657] (1997) concebe o ser humano como sendo um animal disciplinável, um animal que para se tornar humano precisava ser formado, precisa ser domesticado. Em sua perspectiva: a racionalidade do homem só surge com a educação. Naquele contexto histórico-social ainda com predomínio da Igreja Católica, a escolástica não compartilhava da mesma concepção de educação e racionalidade, devendo ser convencida de que eram necessárias escolas e educadores, para as crianças e para os jovens da época.

Enquanto homem do seu tempo, Comenius [1657] (1997) tenta derrubar a autossuficiência da igreja com relação à educação, se utiliza da própria linguagem da época, embasado na bíblia, para convencer o poder eclesiástico, dizendo que o próprio ‘livro sagrado’ indicava a necessidade de se ter disciplinadores, de escolas e que isto seria também uma vantagem para a Igreja naquele momento, pois ampliaria sua dominação. Observemos

¹ Doutor em Ciências Sociais. Professor do IFSC – SC. E-mail: vilson.cesar@ifsc.edu.br

um dos argumentos por ele utilizados: “O homem, por ser dotado de corpo, é feito para trabalhar, e, no entanto vemos que não tem de nascença nada mais que simples aptidão: será preciso ensiná-lo aos poucos a sentar-se, a ficar ereto, a andar, a mexer as mãos para realizar uma operação” (COMENIUS [1657] 1997 p. 71).

Ele trata diretamente do corpo, que o corpo deve ser ensinado, deve ser adestrado, para melhor ser utilizado ou explorado, pois a sua concepção de ser humano não leva em consideração outros aspectos, mas a visão limitada de ser que é feito para trabalhar, e que deve ser “ensinado” para obedecer às ordens sempre prontamente. Sem reclamações! Se comportar como um súdito deveria se comportar perante o rei, ou numa leitura mais contemporânea: como um trabalhador diante do patrão.

Apesar do mérito em defesa da necessidade e importância das escolas para a população, é indiscutível que a perspectiva pedagógica de Comenius serviu e, serve ainda hoje, para manutenção da ordem social, do poder status quo e para perpetuação das desigualdades sociais. Ainda, nos dias de hoje, temos em nossas escolas educadores e “gestores” que tem dificuldades de superar esse modelo tradicional de escola. É uma tradição pedagógica que perdura, apesar de concepções e paradigmas que a contestam fortemente.

No exercício de convencimento de líderes religiosos e na tentativa de disputar a hegemonia católica em torno da educação, o autor de *Didática Magna* argumentou que no paraíso não havia uma escola, antes de Eva morder a maçã, e se Eva fosse mais preparada para as coisas do mundo ela não teria sido seduzida pela serpente, pois, “nada nasce conosco” e as escolas cumpririam o papel de transformar a tabula rasa em homem. “O homem é um animal bastante manso e divino se amansado por uma verdadeira disciplina; se não receber disciplina alguma ou se receber uma disciplina falsa, será o mais feroz dos animais que a terra pode produzir” (COMENIUS [1657] 1997 p. 73).

Defendia a educação para todos, pois todos que estivessem fora da educação seriam como animais ferozes, paus inúteis. E os jovens eram como plantas ainda novas, que deveriam ser (moldados) educados antes de chegarem na fase adulta, enquanto estivessem na primeira infância (ainda verdes). Comparando o homem com o bambu, enquanto novo pode ser moldado, depois de adulto ficaria mais difícil.

Vemos que essas ideias, apesar de certa resistência por parte da Igreja, com o tempo foram sendo aceitas, mas isto não ocorreu gratuitamente. Pelo contrário, era interessante para o poder eclesiástico e dominante da época o surgimento das escolas e da sociedade disciplinar que, manteria sob controle, as “massas” de trabalhadores expulsas do campo para as cidades.

É o que veremos agora com Foucault [1975] (1987), que demonstra como que opera esta formação de corpos dóceis nas diferentes dimensões, tanto de tempo como de espaço, bem como nas diversas instituições em que ocorre os micro-poderes. De acordo com Michel Foucault [1975] (1987) o corpo é objeto e alvo de poder. Há, nos corpos dos sujeitos, inseridos em instituições sociais diversas (Igreja, Exército, Empresa, Hospitais) incluindo aí a escola, um investimento político corporal com o objetivo de controlar e capacitar para cumprirem as exigências da sociedade disciplinar capitalista.

DOCILIZAÇÃO DOS CORPOS NA SOCIEDADE DISCIPLINADORA

O corpo em todas as sociedades está entrelaçado por poderes que o limita, proibi, coibi, obriga. Uma sociedade como a nossa é uma sociedade disciplinar, que controla e adestra os corpos para se tornarem dóceis. “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, [1975] 1987 p. 125).

Já na época clássica o corpo é objeto e alvo de poder “(...) ao que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam” (FOUCAULT, [1975] 1987 p. 125).

Tornar um corpo dócil ou domesticá-lo tem seus aspectos negativos e positivos ao mesmo tempo, ou seja, a disciplina não pode ser pensada somente como algo negativo e no aspecto de subordinação dos dominados em oposição aos que dominam, pois as habilidades adquiridas podem ser usadas para diversas resistências no cotidiano vivido.

Deste modo, o corpo pode ser modelado, manipulado, esquadrinhado, treinado, domesticado, estimulado, habilitado, etc. e as regras ao passo que coagem, proíbem, limitam os corpos são também potencializadoras, orientadoras da ação dos corpos, tornando-os hábeis para agir no mundo social.

A submissão está intrinsecamente ligada à disciplina na formatação de corpos dóceis que são esquadrinhados e limitados no tempo e no espaço com intenção não somente de sujeitá-lo, mas também de torná-lo útil e funcional. Domina-se os corpos tanto para cumprirem os desejos de quem os fabrica, para que façam como o mandado e com eficiência e rapidez exigida.

Qualquer semelhança com os programas de qualidade total, cinco “s”, reciclagem para os “colaboradores” nas empresas capitalistas atuais, regras (controles) das escolas, das prisões, dos hospitais e outras instituições deste sistema, não é mera coincidência. Pois, se o sistema capitalista continua de pé, isso se deve em grande parte à política de coerções e

dominações sobre os corpos humanos. Tal controle não se dá apenas na esfera da produção, mas também na de consumo, prova disto é o grande número de academias e de venda de produtos de beleza, todos direcionados aos corpos. Cabe ressaltar que os diversos espaços de socialização, não estão imunes aos adestramentos físicos e ideológicos, a exemplo das próprias escolas, acessadas por quase todos, impõe vontades dominantes sobre aqueles que buscam (in) formação. Outro exemplo é o dos serviços militares em nosso país, (obrigatório) e onde acontece uma grande domesticação e racionalização dos corpos exercitados.

Essas coerções corporais se traduzem num investimento político com o intuito de controle proveniente desde a época clássica, onde houve uma mudança no regime disciplinar iniciada por Comenius, se difundindo até os dias de hoje, podendo ser notada facilmente em qualquer de nossas instituições sociais que se utilizam da racionalidade para impor movimentos calculados simetricamente.

Dominar até nos mínimos detalhes, esse foi e é o desejo dos donos do poder. O homem moderno é submetido a diversos mecanismos que o controlam e o utilizam, destes fazem parte: técnicas, conhecimentos sobre anatomia, receitas, dados, etc. Tudo nos mínimos detalhes, direcionados politicamente.

Para se disciplinar e manter a ordem é necessário cercas, o espaço também é organizado de forma que se controle os corpos. Um exemplo disto é a fábrica, onde se tem a dominação do espaço, com o fechamento dos operários para serem explorados, sem revoltas e outros inconvenientes que atrapalhem a eficiência e a produtividade, que resulta em taxas cada vez mais altas de lucros.

Há também a criação de espaços úteis, onde se tem a separação dos corpos de forma pulverizada para evitar aglomerações coletivas e reforçar apenas as “comunicações úteis”, Foucault chama isto de “espaço celular”, onde a vigilância é exercida com maior eficácia através de um “quadriculamento individualizante” isolando os indivíduos para melhor localizá-los, concomitantemente acaba por torná-los funcionais e obedientes para a produção dos capitalistas que precisam vigiar de forma geral e individual para extrair cada vez mais a “mais-valia” dos trabalhadores.

Nesta anatomia política a disciplina dá as cartas, coloca em fila, distribui os espaços e os tempos, hierarquiza dividindo os espaços. Por exemplo, as escolas em classes, séries e graus, etc. Nas prisões entre os “presos com grau superior”, pelos mais ou menos perigosos, os de confiança, etc. Nos hospitais entre as alas daqueles atendidos pelo SUS e aqueles que podem pagar um plano de saúde, entre aqueles com doenças infectocontagiosas e outras doenças que “necessitam” isolar os pacientes. Nos quartéis a divisão se realiza entre os

recrutas, os veteranos, e os já oficiais e conforme a patente de cada um, refletindo também no local de moradia destes militares fora dos quartéis. Por falar em moradia, isto também está presente na sociedade mais ampla, basta ver o apartamento social que há entre os ricos do centro e os pobres em condições sociais miseráveis das periferias com pouca ou nenhuma infraestrutura urbana. Na zona rural, podemos citar como exemplo a desigualdade que há entre os detentores da maior parte dos espaços rurais, que se transformaram em latifúndios e, por outro lado, os trabalhadores sem-terras, destinados a vagar atrás de suas sobrevivências precárias, de forma dócil.

Vale lembrar que há neste cenário corpos não tão dóceis (ou docilizados de forma alternativa) é o caso dos Sem-Terra (maiúsculo indicando a identidade e organização que possuem) que questionam essa monopolização dos espaços para a especulação e lucratividade capitalista, reivindicam terra para quem nela trabalha e não para a exploração do “outro”.

Na análise de Foucault a disciplina “transforma o que seria perigoso, multidões confusas, inúteis, perigosas em multiplicidades organizadas” (FOUCAULT, [1975] 1987 p. 135). Nisto o tempo também é medido e controlado através do horário, se ressalta um tempo de “boa qualidade” em que o corpo deve estar habituado com a exatidão que lhe é conferida.

É o tempo disciplinar, que ajusta o corpo controlando-o e otimizando o uso tanto de um quanto do outro. Nisto, chavões capitalistas como “tempo é dinheiro”, “não se pode desperdiçar o tempo” indicam um pouco do que o autor de Vigiar e Punir quer dizer, ou seja a regulamentação do tempo da ação, em ritmos impostos que exigem cada vez mais eficiência e rapidez nas operações. A duração do tempo das pessoas deve estar direcionadas para dar lucros para poucos privilegiados, que vão estes sim ter os seus tempos livres para tentarem se realizarem, se o espectro da pobreza que os ronda deixar. Na perspectiva foucaultiana é o controle sobre o tempo e espaço dos corpos (e mentes) dos seres humanos que perpetua as diversas desigualdades sociais.

Com relação ao treinamento dos educandos, Foucault faz algumas considerações, dizendo que ainda no começo do século XIX, com o método Lancaster, os alunos eram ocupados em todo o processo de ensino, com poucas palavras eram dadas as ordens tanto por sinais como verbais e provocado o comportamento desejado nos escolares. O aluno deve saber os sinais para o seu próprio controle: “O aluno deverá aprender o código dos sinais e atender automaticamente a cada um deles. (...) A escola mútua levará ainda mais longe esse controle dos comportamentos pelo sistema dos sinais a que se tem que reagir imediatamente” (FOUCAULT, [1975] 1987 p. 150).

Todas essas considerações, acima delineadas, estão na base da sociedade que é governada não por uma “vontade geral” como pensava os iluministas, mas na visão de Foucault por uma “docilidade automática”. Para vencer esta disciplinarização Gadamer (2001) nos dá algumas pistas. É o que veremos a seguir.

CONCEPÇÃO DA FORMAÇÃO ENQUANTO ABERTURA PARA O “OUTRO”

Ao fazermos à crítica a Escola enquanto instituição social, que desde o nascimento tem como fundamento a disciplinarização dos corpos, geralmente pautada em preceitos de uma pedagogia tradicional centrada no professor como detentor absoluto do saber, cabendo aos alunos terem o comportamento de esponja, absorvendo todos os conteúdos apresentados pelo “mestre”. Partindo disto, podemos colocar aqui duas questões: Como superar a pedagogia tradicional e autoritária? Como superar a docilização dos corpos nas escolas?

Uma primeira atitude seria a de questionamento dos paradigmas educacionais autoritários e das práticas cotidianas nas escolas que reproduzem tais concepções. Uma segunda atitude seria a de consideração do “outro” e a abertura para o diálogo democrático.

O conceito de “formação” discutido por Gadamer (2001) diferencia-se da noção de “forma”, está última significando cópia ou modelo. No entanto, “formação” não é cópia e vai além de aptidões preexistentes, não é seguir de forma submissa e dócil certa ordem professoral: façam assim, sentem-se, escrevam, efetuem, subtraíam, obedeçam, copiem, sigam o modelo. Não se trata disto, mas sim de outro conceito de homem, não o disciplinável como via Comenius, mas do homem que sente necessidade de formação, por causa de seu lado espiritual e racional que faz com que altere de forma permanente seu devir histórico.

Inspirado em Hegel afirma que a elevação à universalidade é uma precondição para a formação, pois está vai criar uma nova subjetividade no sujeito formado. “Esta elevação é o todo da determinação da essência da racionalidade humana” (GADAMER, 2001 p. 51)

Constitui-se numa tarefa humana a formação como elevação à universalidade, exigindo um esforço para se afastar do que é particular em direção ao universal. Deste modo, a universalidade faz com que saíamos do que é particular, de nosso próprio mundo em direção da busca do “outro”, reconhecendo-o enquanto diferente e no que tem de igual a “nós”.

O trabalho traz um saber e uma ética prática que é educativa no sentido de afastar de valores mesquinhos e imediatos, pois através da atividade laboral é possível reconhecer-se a si mesmo no trabalho, num sentido mais coletivo e universal, afastando-se de interesses privados.

O trabalho também vai ter um papel formador prático, ressalta Gadamer pautado em Hegel: “enquanto o homem está adquirindo um “poder” (können), uma habilidade ganha ele, através disso, uma consciência de senso próprio” (GADAMER, 2001 p. 52) Este senso próprio da consciência de quem trabalha traz o “distanciamento da imediatez da cobiça, das necessidades pessoais e do interesse privado e a exigência de um sentido universal” (GADAMER, 2001 p. 52).

Esta formação prática do trabalho traz o reconhecer-se a si mesmo na diversidade. Já um outro tipo de formação, a teórica, também vai trazer este não imediatismo, pois a pessoa que teoriza não se ocupa com o imediato, mas sim com algo do pensamento, da lembrança, ou uma projeção futura. As teorias possuem historicidade e a análise teórica permite o exercício da alteridade, da consideração de outros pensamentos no tempo e no espaço.

O que se tem com a formação é o aprendizado de que o diferente também é válido, nesta busca de olhares universais. É também um combate à dominação, a formatação dos corpos, e a uniformização dos pensamentos e das pessoas muito presente no mundo contemporâneo, e já considerada por nós no tópico anterior. Pois numa atmosfera de pensamento e corpos igualmente dominados, você reconhecer e aceitar o diferente já são grandes passos em direção ao crescimento enquanto ser espiritual e humano. Para romper com esta lógica de seguir modelos, pois a criatividade será estimulada, e ao mesmo tempo a criação de uma nova ordem, de saídas que tragam tanto o convívio integrado e sem opressão entre os homens, bem como o convívio entre estes e outros seres vivos.

Retornar a si mesmo a partir do diferente, reconhecer e conhecer o outro para conhecer e reconhecer a si mesmo, este é o papel do espírito e a sua essência de formação humana.

Para esta não basta estudar bastante de forma aprofundada, ou chegar a resultados exatos, se não estiver preparada uma recepção ao que é diferente. Se não tiver esta característica que é universal para a formação, se conservar aberto para o outro, o diverso, para visões mais universais. O ser formado possui pontos de vistas universais como sendo alternativas possíveis, para se tomar. Não sendo a formação da maneira exposta acima engessada e fixa, mas em movimento, porque sempre enxergará além do imediato e particular, em direção à universalidade.

A abertura para o “outro”, diferente, diverso, permite chegar a visões mais universais. O ser formado possui pontos de vistas universais como sendo alternativas possíveis, para se tomar, nessa concepção de formação em movimento, questiona-se o imediatismo e o autoritarismo enquanto bloqueios para práticas pedagógicas que permitam uma maior horizontalidade nas relações professor-aluno, bem como no exercício de práticas democráticas

e cidadãs nas demais instituições e espaços de convívio humano, que pressupõem relações de poder construídas e reproduzidas no cotidiano vivido.

A tradição humanística que contém o conceito de formação é para as ciências do espírito o que as torna uma ciência e não a ideia racionalista de método da ciência moderna.

Esta última também ajuda a docilizar os corpos, formando subjetividades frias e calculistas, como que máquinas de carne e osso, mas sem alma, sem espírito. Por isto é papel das ciências humanas (e do espírito) formar os seres humanos para a cidadania, a autonomia e a libertação de toda e qualquer exploração por parte de outros seres (des) humanos.

Nesta empreitada rumo à autonomia, a atitude do professor em sala de aula conta muito, já que é ele que vai direcionar a educação enquanto formação com elevação para universalidade, ou por outro lado cair numa formatação de corpos dominados. Esta discussão é equivalente a aquela que Florestan Fernandes fez sobre o professor enquanto agente da mudança / agente da dominação (FERNANDES, 1987).

De acordo ainda com Fernandes (1987) para o professor ter uma postura orientada a uma agência de transformação, o docente não vai poder impor os conteúdos para os alunos, mesmo que estes sejam altamente críticos. A consciência crítica não se forma apenas porque os alunos leram algumas obras consideradas críticas, definidas *a priori* pelo professor, pois este tipo de atitude acaba caindo no segundo tipo de educação citada: monológica, unilateral, de cima para baixo na relação professor-aluno, castrando a criatividade e a oportunidade de autonomia e de diálogo no processo de ensino-aprendizagem.

Para não cair nesta “educação bancária” no sentido dado por Paulo Freire, o professor mesmo se revestindo de uma casca histórico-crítica corre o risco de cair num *fazer* pedagógico tradicional e se tornar apenas um repassador de conteúdos, conforme afirma Campigoto:

A preservação do pressuposto básico da pedagogia tradicional e do conceito escolástico no discurso histórico-crítico considera a sala de aula como um lugar de repasse dos conteúdos ou seja comporta a antítese da pedagogia histórico-crítica. (...) Retrocede à chamada educação bancária na qual o professor “despeja os conteúdos que devem ser assimilados pelos alunos” (CAMPIGOTO, 2002 p. 149).

Deste modo, os textos didáticos devem ser tratados enquanto representação deve-se considerar sempre a que tradição pertence, ou as quais pertencem, no caso de haver misturas de tradições. O papel do professor seria, juntamente com os estudantes, desvendar estas tradições onde se pauta os discursos e as linguagens, que é a condição necessária para que haja a compreensão. É fazer de forma dialógica com os alunos a descoberta da origem das ações e dos dizeres de outrem, ou de si próprio.

Este é um dos desafios de se pensar uma escola mais democrática, aberta ao diálogo e numa perspectiva crítica, percebendo que a própria escola contribuiu na socialização e construção de visões e di-visões de mundo que podem reforçar e reproduzir desigualdades, ao passo que e concomitante a isso, abre-se a possibilidade da escola ser um espaço de superação dos desafios colocados pela estrutura social capitalista mais ampla, e nas práticas pedagógicas cotidianas tensionar com correntes pedagógicas tradicionais e liberais que legitimam essa forma de organização social. Em suma, o espaço educacional permite diferentes abordagens pedagógicas que podem superar o paradigma de formação de “sujeitos passivos” de domesticação dos corpos e mentes rumo à educação dialógica e cidadã, com “agentes ativos” da aprendizagem, que se sentem preparados para construir sociedades livres, plurais e democráticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma formação efetivamente humana pressupõem uma visão de que os alunos são sujeitos do processo de ensino-aprendizagem e, não, meros objetos, que somente recebem de forma passiva informações e modelos que vão deixá-los acéfalos, docilizados e sem autonomia para pensar e interferir politicamente, por si mesmos, de forma crítica no meio em que vivem. Não são seres despersonalizados, que somente reproduzem as engrenagens do “sistema”, mas são seres humanos capazes de pensar, criar e agir (individual ou coletivamente) para transformar a sociedade mais ampla a que pertencem.

É preciso por fim a esta tradição Comênicca que afeta a maioria de nossas escolas, caso contrário, continuaremos formatando pessoas para servir de mão-de-obra barata para um “mercado de trabalho” precário, cada vez com mais desempregos e sem a garantia do direito humano ao trabalho. O professor enquanto um agente não da dominação, mas sim da mudança deve lutar para que a escola tente realizar esta formação que eleve para a universalidade, e ao mesmo tempo em que incite o exercício pleno da cidadania, mais do que necessária em tempos que a própria educação esta ameaçada deixando de ser um direito para ser mais uma das mercadorias oferecidas pelo capitalismo neoliberal.

Um dos papéis dos educadores comprometidos com a transformação social em direção a relações efetivamente democráticas é o de fazer a crítica da “educação bancária”, entendendo que tanto professores como alunos são agentes capazes de “fazer a diferença”, são sujeitos ativos no processo de ensino-aprendizagem, com capacidade de autonomia, crítica e criatividade. É nesses termos que cidadania e democracia devem fazer parte do cotidiano



escolar, de escolas que ao menos em termos “ideais”, deveriam preparar não só para o “mercado de trabalho”, mas para o exercício efetivo da cidadania.

A formação humana, cidadã, pública e de qualidade para todos, garantida e implementada por um Estado democrático e de direito, é a condição ideal e necessária para a construção de uma sociedade plural, inclusiva e efetivamente democrática no Brasil atual.

REFERÊNCIAS

COMENIUS. “O homem, para ser homem, precisa ser formado” In: **Didática Magna** – trad. Ivone Castilho Benedetti – São Paulo: Martins Fontes, [1657] 1997.

CAMPIGOTO, José Adilçon. **A Historicidade do Fazer Pedagógico: As Representações e o Ensino de História**. EDUCERE - Revista da Educação, pp. 149 – 161. Vol. 2 nº 2, 2002.

FERNANDES, Florestan. “A formação política e o trabalho do professor” in: **Universidade, escola e formação de professores** - 2ª Ed. Editora Brasiliense, São Paulo: 1987.

FOUCAULT, Michel. “Os Corpos Dóceis” In: **Vigiar e Punir** – Ed. Vozes: Petrópolis, [1975] 1987.